

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Orleans

Lei nº 111/84

Autoriza o Poder Executivo a adquirir
por compra, costar o financiamento
e de outras providências

O Prefeito Municipal de Orleans,

Senhor Venício Zanetti, no uso
de suas atribuições:
faz saber a todos os habitantes
deste município que o Regulado
decreta e em sanciona a
seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Execu-
tivo Municipal autorizado a adquirir, por compra direta
mente do fabricante ou de seu concessionário exclusi-
vo, para serviço desta Prefeitura, um automóvel, marca
Chevrolet, 4 (quatro) portas, com 4 (quatro) cilindros,
89 H.P., 3 (três) marchas, com capacidade de 6 (seis)
pessoas, equipado, com freios a disco.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo
Municipal, também autorizado a obter o financiamento
necessário à suprida compra, à vista, nos termos do
que dispõem as normas do Banco Central do Brasil
atualmente em vigor, assinando em consequência
contrato de abertura de crédito com a BESC Financeira
S/A Crédito, Financiamento e Investimentos, bem como
dando em garantia do financiamento, em caracte-
rizado no artigo 1º sob forma de alienação fiduciá-
ria em garantia, conforme estabelece o Decreto-lei
nº 911 de 1º de outubro de 1969.

§ Único - O financiamento a que
se refere o "caput" desta Lei, compreenderá o principal
saldo de Cr\$ 26.293,00 (vinte e seis mil duzentos e noventa
e três cruzeiros) mais todos os ênus e encargos
de financiamento, representando o Total de Cr\$ 35.022,
24 (trinta e cinco mil e vinte e dois cruzeiros e
vinte e quatro centavos), que será pago em 24
(vinte e quatro) meses, prestações estas que serão

representadas por nota promissória em seu valor total emitida a favor da BESC Financeira S/A. Crédito Financiamento e Investimentos, pelo Poder Executivo Municipal

Artigo 3º - Lica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a dar em garantia do financiamento a que se refere o artigo 2º supra sob a forma de penhor, parcelas do Imposto sobre a circulação de mercadorias, assim como a constituir a BESC Financeira S/A. Crédito, Financiamento e Investimentos procurador do Município, com poderes irrevogáveis para o fim especial de receber do órgão competente, as parcelas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, até o limite das obrigações contraídas no contrato de financiamento assinado com a BESC Financeira S/A, Crédito, Financiamento e Investimentos.

§ 1º - Se a quota de participação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias a que se refere este artigo, tiver sua denominação modificada ou for substituída por outro Imposto ou outra fonte de arrecadação, tal novo imposto ou nova fonte de arrecadação, substituirá a garantia mencionada neste artigo, se que venha a constituir novação do contrato assinado, que continuará íntegro em todas as suas cláusulas, condições, até seu total cumprimento.

§ 2º - O Município se obriga a fazer nos orçamentos, verbas necessárias à liquidação das obrigações estabelecidas na presente Lei nos seguintes montantes respectivamente: ano de 1964 no valor de Cr\$ 14.592,60, ano de 1965 no valor de Cr\$ 17.511,12 e no ano de 1966 no valor de Cr\$ 2.918,52.

§ 3º - O Preposto autorizado, inverboselmente, o Banco do Estado de Santa Catarina S/A, ou outra qualquer fonte pagadora da quota referida nos Artigos, a contabilizar a débito da conta do Município

em que forem creditadas as parcelas da quota do imposto sobre a Circulação de Mercadorias a que se refere o "caput" deste artigo, as importâncias correspondentes à liquidação das obrigações contraídas com o financiamento a que se refere o artigo 2º supra.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Meliuro, em 15 de fevereiro de 1974.

Venício Lassette
Prefeito Municipal de Meliuro - SC.

Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em data supra.

Nedir de Pellegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Meliuro.

Lei nº 112/74

Autoriza o Governo Municipal
a contrair empréstimo.

O Prefeito Municipal de Meliuro
Estado de Santa Catarina,

faço saber a todos que a
Câmara Municipal decreta
e em sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - O Prefeito Municipal
fica autorizado a contrair empréstimo até o valor de
Cr\$ 35.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), dentro do
esquema operacional de aplicação dos recursos do
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor
Público (PASEP), instituído pela Lei Complementar nº 8,
de 03.12.70, regulamentada pelo Decreto nº 1.618, de 26.11.
72 e Resolução nº 254, de 15.03.73, do Banco Central do
Brasil e de que é administradora o Banco do Brasil S/A

Artigo 2º - O empréstimo se
destinará a compra de dois (2) caminhões, marca
Chevrolet, potência 149 HP, 6 cilindros, baixa rotação, mer-
cedes a gasolina, com 5 marchas, pneus 900 X 20 borrachudo
equipados com basculantes e o Prefeito Municipal
poderá assinar com o Banco do Brasil S/A, o contrato
que for necessário à obtenção do empréstimo, com
as cláusulas de prazo, adotadas por aquele estabe-
lecimento bancário, e mais as que forem permitidas
ou exigidas pelo Conselho Monetário Nacional, para
as operações de que se trata, inclusive correção mon-
etária e juros.

Artigo 3º - Fica o Prefeito Mun-
cipal autorizado, também, a vincular, em garantia
do empréstimo, parte das quotas do município no
Fundo de Participação dos Municípios, destinadas
a depósitos de capital, em montante suficiente para
cobrir o débito resultante das obrigações assumidas.

Artigo 4º - Para cumprimento

das obrigações decorrentes desta lei, inclusive na parte dos recursos próprios a que o município terá que recorrer, como condição para a obtenção do empréstimo, o Poder Executivo abrirá, no corrente exercício, crédito especial, no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), que correrá por conta da seguinte dotação: 4.1.3.0 - 74/3318 - Veículos e Auto Motores. Nos exercícios seguintes, o orçamento consignará as verbas necessárias ao atendimento das obrigações respectivas, para a hipótese de as quotas do Fundo de Participação dos Municípios, por qualquer motivo, se revelarem insuficientes para o pagamento das obrigações contratuais.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário."

Gabinete do Prefeito Municipal de Meliuro, em 15 de abril de 1974.

Venício Lanette
Prefeito Municipal de Meliuro - SC.

Publicada a presente lei nesta Secretaria em data supra.

Nedir de Pelegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Meliuro.

Lei Nº 113/74

Venício Lanette, Prefeito Municipal de Melero. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 1.720,00 (um mil, setecentos e vinte cruzeiros) como parcela de contribuição para a aquisição de equipamento topográfico destinado à Associação dos municípios do sul do Estado de Santa Catarina - AMSESC - da qual o Município de Melero é integrante, e destinado à prestação de serviços na região abrangida pela referida Associação.

Artigo 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá à conta do excesso de arrecadação verificado no corrente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Melero, em 16 de abril de 1974.

Venício Lanette

Prefeito Municipal de Melero - SC

Publicada nesta Secretaria em data supra.

Medir de Pellegrini

Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Meliuro.

Lei nº 114/74

Trata da Isenção de Impostos

O Prefeito Municipal de Meliuro.
 Faço saber a todos os habitantes
 deste Município que a Câmara
 Municipal aprovou e em sancio-
 no a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder
 Executivo Municipal autorizado, a isentar do Imposto
 Territorial Urbano, do lote nº 1 da quadra nº 9-A, do sítio
 01, de propriedade da Firma José Fermão Batista & Cia. LTDA.

Artigo 2º - A isenção que trata
 o artigo 1º, será por tempo indeterminado, inclusive
 os exercícios anteriores, e cessará quando o referido
 imóvel for aproveitado para alguma melhoria.

Artigo 3º - Revogadas as disposi-
 ções em contrário, esta Lei entrará em vigor na
 data de sua publicação.

Meliuro, 16 de abril de 1974.

Venício Lanette

Prefeito Municipal de Meliuro - S.C.

Publicada nesta Secretaria em data supra.

Nedir de Pelegrini

Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Melero

Lei nº 115/74

Autorizo o Poder Executivo a
doar Bens Imóveis:

O Prefeito Municipal de Melero
faz saber a todos que a Câmara
Municipal aprovou e eu
sanctiono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Licita o Poder Executivo au-
torizado a doar ao Governo do Estado de Santa Catarina,
através da Secretaria da Educação e Cultura, um Terreno
Rural, sito em Forquilha Roda Machado, distrito de
Sapiranga, neste município com 2.500 m² (dois mil e
quinhentos metros quadrados), confrontando ao Norte
com o Rio Mãe Louisa; ao Sul com a Estrada Geral;
ao Oeste com terras de Manoel Antonio de Souza e ao
Leste com terras de José Quintino Machado.

Artigo 2º - Revogadas as disposi-
ções em contrário, esta Lei entrará em vigor na
data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Melero, em 07 de Junho de 1974.

Venício Lanette.

Prefeito Municipal de Melero

Publicada nesta Secretaria em data supra.

Nidia de Pelegrini

Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Itelero

Lei nº 116/74.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir Bens Móveis:

O Prefeito Municipal de Itelero.
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e em sanção a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo municipal, autorizado a adquirir, e (dois) caminhões, marca Ford F-600, Diesel, com 5 velocidades, com manual de produção, potência de 174 H.P., com fatiamento direto de fábrica, pelo preço total dos dois veículos em Cr\$ 115.482,08.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itelero, em 17 de julho de 1974.

Venício Lanetti

Prefeito Municipal de Itelero S.C

Publicada a presente lei nesta Secretaria, em data supra.
Nedir de Pellegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Meleiro

Lei Nº 117/74

Trata do Plano Rodoviário Municipal

O Prefeito Municipal de Meleiro
faz saber a todos que a Câmara
Municipal aprovou e em sanciona
a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo
mapa do Plano Rodoviário Municipal, adotando-se a par-
tir do corrente exercício a sigla "RM", nas estradas muni-
cipais, além do respectivo número.

Artigo 2º - São as seguintes, as
estradas que integram o Plano Rodoviário do Município
de Meleiro:

- | | |
|---|---------|
| RM-01 - Barra do Fundão - Pingador, via Sapiroanga, Meleiro, Meiro grande, Nova Roma | 41,5 Km |
| RM-02 - Sapiroanga - Estrada Sapiroanga p/ Barra do fundão, via Forquilha Rocha Machado. | 8,8 Km |
| RM-03 - Sapiroanga - Divisa Curvo, via Tranqueiras, Alto Rio fundão, Boa Vista | 14,4 Km |
| RM-04 - Estrada Sapiroanga p/ Manoel Alves - Estrada Sapiroanga p/ Forquilha Rocha Machado | 1,9 Km |
| RM-05 - Estrada Sapiroanga p/ Forquilha Rocha Ma- chado - Estrada Forquilha Rocha Machado p/ Sapiroanga | 1,8 Km |
| RM-06 - Forquilha Rocha Machado - Colônia Mar- tins | 1,9 Km |
| RM-07 - Manoel Alves - Estrada Santa grande p/ | |

| | | |
|---------|---|--------|
| R.M. 08 | Alto Rio fundidã, via Vila União. | 6,4 Km |
| R.M. 08 | Estrada Manoel Alves p/ Vila União - Estrada da Manoel Alves p/ Limeira | 0,9 Km |
| R.M. 09 | Estrada Sanga grande p/ Limeira - Estrada Manoel Alves p/ Vila União | 1,7 Km |
| R.M. 10 | Estrada Limeira p/ Manoel Alves - Estrada Boca do Pique p/ Jacaré | 1,9 Km |
| R.M. 11 | Estrada Limeira p/ Manoel Alves - Boca do Pique | 1,8 Km |
| R.M. 12 | Sanga grande - Limeira | 3,9 Km |
| R.M. 13 | Vila União - Estrada Sanga grande p/ Limeira | 3,0 Km |
| R.M. 14 | Estrada Meliro p/ Sanga grande - Colônia Vicente | 2,5 Km |
| R.M. 15 | Estrada p/ Colônia Vicente - Estrada Sanga grande p/ Limeira | 0,8 Km |
| R.M. 16 | Estrada Tranqueiras p/ Alto Rio fundidã - Encuroso p/ Vila União | 2,0 Km |
| R.M. 17 | Tranqueiras - Divisa Turvo | 0,3 Km |
| R.M. 18 | Meliro - Alto Rio fundidã | 2,0 Km |
| R.M. 19 | Sanga grande - Estrada Estadual Meliro p/ Turvo | 2,4 Km |
| R.M. 20 | Estrada Boa Vista p/ Alto Rio fundidã - Encuroso p/ Sanga grande | 4,4 Km |
| R.M. 21 | Estrada Estadual Meliro p/ Turvo - Estrada Boa Vista p/ Pão Verde | 3,0 Km |
| R.M. 22 | Pão Verde - Travessão geral | 4,0 Km |
| R.M. 23 | Estrada Pão Verde p/ Travessão geral - Colônia Leonardo Peterle | 0,8 Km |
| R.M. 24 | Estrada Pão Verde p/ Travessão geral - Colônia Bristot | 1,3 Km |
| R.M. 25 | Estrada Pão Verde p/ Travessão geral - Travessão geral | 0,9 Km |

| | |
|---|---------|
| R.M. 26 - Pôço Verde - Rio Manuel Alves. | 0,9 Km |
| R.M. 27 - Estrada Pôço Verde p/ Volta Redonda - Encru- so p/ Sangra das Pedras. | 1,2 Km |
| R.M. 28 - Boa Vista - Estrada Pôço Verde p/ Volta Re- donda | 4,5 Km |
| R.M. 29 - Boa Vista - Divisa Turvo | 1,0 Km |
| R.M. 30 - Estrada Boa Vista p/ Divisa Turvo - Estro- da Volta Redonda p/ Divisa Turvo | 4,0 Km |
| R.M. 31 - Encruço p/ Boa Vista - Colônia Roniani. | 0,1 Km |
| R.M. 32 - Volta Redonda - Divisa Turvo | 1,3 Km |
| R.M. 33 - Estrada Volta Redonda p/ Divisa Turvo - Colônia Seretti | 2,5 Km |
| R.M. 34 - Estrada Novo grande p/ Volta Redonda - Estrada Sangra das Pedras p/ Santa Luzia. | 0,5 Km |
| R.M. 35 - Estrada Novo grande p/ Nova Roma - Divi- sa Simbi | 2,3 Km |
| R.M. 36 - Nova Roma - Colônia Dal-Loé | 3,0 Km |
| R.M. 37 - Estrada Nova Roma p/ Colônia Dal-Loé - Colô- nia Madureira Nova Roma Ltda. | 1,2 Km |
| R.M. 38 - Estrada Nova Roma p/ São Luiz - Colônia Madureira Nova Roma Ltda | 3,0 Km |
| R.M. 39 - Estrada São Luiz p/ Pingador - Pê da Serra - | 13,0 Km |
| R.M. 40 - Estrada p/ Colônia Paulo Besa Colônia Serraria Saldin Sasso | 2,0 Km |
| R.M. 41 - Estrada p/ Colônia Serraria Saldin Sasso - Colônia Senzan. | 0,2 Km |
| R.M. 42 - Estrada Nova Roma p/ São Luiz - Colônia Paulo Besa. | 6,0 Km |
| R.M. 43 - Divisa Nova Senza - Colônia Favari, Lia Luiza Favari. | 3,2 Km |
| R.M. 44 - Divisa Nova Senza - Matraca | 3,6 Km |
| R.M. 45 - Estrada Novo grande p/ Nova Roma - Estrada Estadual Melina p/ Nova Senza. | 13,9 Km |

| | |
|--|---------|
| R.M. 46 - Encruvo p/ Santa Luzia - Encruvo p/ Sangra das Pedras, Via Santa Luzia, Santa Barbara | 9,4 Km |
| R.M. 47 - Estrada Santa Barbara p/ Santa Luzia - Colônia Culpaldi | 1,0 Km |
| R.M. 48 - Rio do Meio - Encruvo p/ Sangra das Pedras | 8,3 Km |
| R.M. 49 - Divisa Nova Veniza - Encruvo p/ Pique do Rio Cedro Baixo, Via Sangra da Areia, Novo Paraíso, Pique do Meio | 8,8 Km |
| R.M. 50 - Sangra da Areia - Colônia Cardoso | 1,4 Km |
| R.M. 51 - Estrada Novo Paraíso p/ Sangra da Areia - Colônia Miguel | 1,6 Km |
| R.M. 52 - Encruvo p/ Colônia Miguel - Colônia Mateus | 0,3 Km |
| R.M. 53 - Novo Paraíso - Divisa Nova Veniza | 5,5 Km |
| R.M. 54 - Estrada Novo Paraíso p/ Divisa Nova Veniza - Colônia Rossi Ferraz | 1,0 Km |
| R.M. 55 - Estrada Novo Paraíso p/ Pique do Meio - Estrada Estadual Melino p/ Criciúma | 0,6 Km |
| R.M. 56 - Encruvo p/ Pique do Meio - Estrada Estadual Melino p/ Criciúma | 0,3 Km |
| R.M. 57 - Pique do Rio Cedro Baixo - Estrada Estadual Melino p/ Criciúma | 3,6 Km |
| R.M. 58 - Boca do Pique - Encruvo p/ Pique do Meio | 3,2 Km |
| R.M. 59 - Estrada Boca do Pique p/ Pique do Rio Cedro Baixo - Estrada Boca do Pique p/ Pique do Meio | 2,0 Km |
| R.M. 60 - Boca do Pique - Pique do Rio Cedro Baixo | 4,2 Km |
| R.M. 61 - Estrada da Boca do Pique p/ Pique do Rio Cedro Baixo - Colônia Fabris | 1,5 Km |
| R.M. 62 - Estrada Boca do Pique p/ Pique do Rio Cedro Baixo - Colônia Scarpari | 1,5 Km |
| R.M. 63 - Melino - Pique do Rio Cedro Baixo, Via Boca do Pique, Jacaré, Barra do Cedro | 17,7 Km |
| R.M. 64 - Jacaré - Rio Mãe Luzia | 1,0 Km |

| | |
|--|----------|
| R.M. 65 - Barra do Cedro - Rio do Cedro | 0,2 Km |
| R.M. 66 - Meliuro - Ponte Provisória | 1,2 Km |
| R.M. 67 - Meliuro - Vila União - Glória Andriano | 1,4 Km |
| Total | 263,8 Km |

Artigo 3º - Revogada as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Meliuro, (SC) 16 de julho de 1974.

Sérvio Lanette
 Prefeito Municipal de Meliuro - S.C.

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Meliuro

Lei nº 118/74

Autoriza o Poder Executivo a adquirir Bens Móveis.

O Prefeito Municipal de Meliuro, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir, (duas) carrocerias metálicas basculantes, formato Retangular, de fabricação nacional, com faturamento direto de fábrica.

Artigo 2º - As despesas oriundas do artigo primeiro correrão por conta da dotação de R\$. 33.20, do Orçamento vigente, através do Departamento Municipal de Estrada e Rodagem, aplicando-se recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Melião, em 17 de julho de 1974

Genício Lassetti
Prefeito Municipal de Melião S.C.

Publicada a presente Lei, nesta Secretaria em data supra.

Nedir Pellegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Melião

Lei nº 119/74.

Abre Crédito Especial.

O Prefeito Municipal de Melião faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito especial no valor de 10 salários mínimos da região, para compra de livros para a Biblioteca Municipal Cruz e Souza, através do Setor de Educação e Cultura.

Artigo 2º - O crédito de que trata o artigo 1º, correrá por conta da anulação parcial da dotação nº 4.1.1.0 58-3104 - Construção de Escolas Municipais, do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Meliastro, em 14 de julho de 1974.

Genício Lanette
Prefeito Municipal de Meliastro

Publicada a presente lei nesta secretaria, em data supra.

Medir de Pelegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Meliastro

Lei nº 120/74

Autoriza o governo Municipal a
contrair empréstimo

O Prefeito Municipal de Meliastro,

Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes que a Câmara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O Prefeito Municipal, fica autorizado a contrair empréstimo até o valor de R\$ 103.933,87 (cento e três mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos) dentro do esquema operacional de aplicação dos recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PARSEP), instituído pela Lei Complementar nº 8 de 03/12/80, regulamentada pelo decreto nº 71618 de 26/12/82 e Resolução nº 254 de 15/03/83 do Banco Central do Brasil e de que é administrador o Banco do Brasil S/A.

Artigo 2º - O empréstimo se destinará a compra de dois (2) caminhões, marca Ford F-600 Diesel, potência 147 HP, com 5 marchas, cor normal de produção, e o Prefeito Municipal poderá assinar com o Banco do Brasil S/A, o contrato que for necessário à obtenção do empréstimo, com as cláusulas de prazo adotadas por aquele estabelecimento bancário, e mais as que forem permitidas ou exigidas pelo Conselho Monetário Nacional, para as operações de que trata-se, inclusive correção monetária e juros.

Artigo 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado, também, a vincular, em garantia do empréstimo, parte das quotas do Município no Fundo de Participação dos Municípios, destinadas a Despesas de Capital, em montante suficiente para cobrir o Débito resultante das obrigações assumidas.

Artigo 4º - Para cumprimento das

obrigações decorrentes desta Lei, inclusive na parte dos recursos próprios a que o Município, terá que recorrer, como condição para a obtenção do empréstimo, o poder executivo abrand, no corrente exercício, Crédito Especial, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), que correrá por conta da seguinte dotação 4.1.3.0 - 74/3318 - Veículos e Automóveis.

Nos exercícios seguintes, o orçamento consignará as verbas necessárias ao atendimento das obrigações respectivas, para a hipótese de as quotas do Fundo de Participação dos Municípios, por qualquer motivo, se revelarem insuficientes para o pagamento das obrigações contratuais.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Melião, em 07 de agosto de 1964

Sérvio Lanette
Prefeito Municipal de Melião S.C.

Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em data supra

Nedir de Pellegrini,
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Melião

Lei nº 121/64

Dá denominação de rua

Eu, Sencio Lanette, Prefeito Municipal de Meleiro, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Para a denominar-se Rua 20 de Dezembro, a atual via pública que, iniciada na Avenida 7 de Setembro vai até o entrocamento da Rua Araxanguá e Rua Novo grande, nesta cidade.

Artigo 2º - O que se refere no artigo 1º é em homenagem a data de fundação do Município de Meleiro.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de agosto de 1974.

Sencio Lanette
Prefeito Municipal de Meleiro.

Publicada a presente lei, nesta Secretaria em data supra.

Nedir de Pellegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Meleiro.

Lei nº 122/74.

Da denominação de Ponte

Eu, Venício Lanette, Prefeito Municipal de Meleiro, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Artigo 1º - A Ponte que liga a Sede do Município, sito a Rua 20 de Dezembro, sobre o Rio Manoel Alves, com vão de 60 metros, construída pelo atual governo, passa a denominar-se "Ponte Governador Colombo Machado Salles".

Artigo 2º - O que se refere no artigo 1º é em homenagem ao governo do Estado de Santa Catarina, Engenheiro Colombo Machado Salles.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de agosto de 1974.

Venício Lanette
Prefeito Municipal de Meleiro.

Publicada a presente Lei, nesta secretaria em data supra.

Sérvio de Pellegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina

Preeitura Municipal de Mleiro

Lei Nº 123/74.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com o governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria dos Transportes e Obras do Departamento de Estradas e Rodagens

Senício Lanette, Prefeito Municipal de Mleiro. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal votou e em sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o chefe do Poder Executivo do Município autorizado a firmar convênios com o governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria dos Transportes e Obras Departamento de Estradas e Rodagens, para executar obras de construção, conservação e melhoramentos de estradas e construção, reconstrução e conservação de pontes, atingidas pelas cheias de março de 1974.

Artigo 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Preitura Municipal de Mleiro, em 04 de Setembro de 1974

Servicio Lanette
Prefeito Municipal de Nleiro

Publicada a presente lei nesta Secretaria, em data supra

Nedir de Pelegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina
República Municipal de Nleiro

Lei nº 124/74.

Dispõem sobre o plano pluria-
nual de investimentos relativo
ao triênio 1975 a 1977 nos
termos do ato complementar
nº 43, de 29 de janeiro de 1969.

O Prefeito Municipal de Nleiro,
faço saber a todos que a
Câmara aprovou e eu sancio-
no a seguinte lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executi-
vo autorizado a dispendir até a importância
de R\$ 1.852.440,00 (um milhão, oitocentos e cinquen-
ta e dois mil e quatrocentos e quarenta cruzeiros)
correspondentes às Despesas de Capital, discrimina-
das no Plano Plurianual de Investimentos, para
o exercício de 1975, 1976 e 1977 conforme segue:

| Órgãos | 1975 | 1976 | 1977 | Total |
|------------------------|------------|------------|------------|--------------|
| Câmara Municipal | 2.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 8.000,00 |
| Gabinete do Prefeito | — | 5.000,00 | 6.000,00 | 11.000,00 |
| Gab. do Vice-Prefeito | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 6.000,00 |
| Setor de Secretaria | 11.000,00 | 20.000,00 | 25.000,00 | 56.000,00 |
| Setor de Finanças | — | 5.000,00 | 10.000,00 | 15.000,00 |
| Setor de Saúde Públ. | 15.000,00 | 40.000,00 | 50.000,00 | 105.000,00 |
| Setor de Educ. e Cult. | 27.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 147.000,00 |
| D. M. E. R. | 354.440,00 | 350.000,00 | 460.000,00 | 1.164.440,00 |
| Setor de Serv. Urbanos | 130.000,00 | 130.000,00 | 140.000,00 | 400.000,00 |
| Total | 541.440,00 | 615.000,00 | 696.000,00 | 1.852.440,00 |

Artigo 2º — No cumprimento do disposto no artigo 1º serão observadas, em cada exercício, os limites das Despesas de Capital, fixado no Plano Plurianual de Investimentos.

Artigo 3º — Não atingidas no exercício os limites parciais a que se refere no artigo 2º, as parcelas não utilizadas passarão a acrescentar as disponibilidades no exercício seguinte, destinadas ao mesmo investimento.

Artigo 4º — As Receitas de Capital para execução do programa constante do mencionado Plano Plurianual de Investimentos serão formadas pelos Superávits dos respectivos Orçamentos Correntes, pela obtenção de empréstimos e financiamentos internos ou externos e demais fontes enumeradas no § 2º, do artigo 11, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 5º — Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1975.

Melero, 06 de novembro de 1974.

67
Venício Lavette
Prefeito Municipal de Meliço S.C.

Publicada a presente lei, nesta Secretaria em data supra.

Nadir de Pelegrini
Encarregado do Expediente Municipal.

Estado de Santa Catarina.
Prefeitura Municipal de Meliço.

Lei nº 125/54.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Meliço, para o exercício de 1955.

O Prefeito Municipal de Meliço faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O orçamento do Município de Meliço, para o exercício de 1955, estima a Receita em Cr\$ 1.650.000,00 (Uma milhão e seiscentos e cinquenta mil cruzados) e fixa a Despesa em igual importância.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de Tributos, Rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, como o seguinte desda

Orçamento:

1º Receitas Correntes:

| | | | |
|--------------------------|-----|--------------|--|
| Receita Tributária | GrB | 137.000,00 | |
| Receita Patrimonial | GrB | 2.000,00 | |
| Transferências Correntes | GrB | 1.250.400,00 | |
| Receitas Diversas | GrB | 20.000,00 | |
| Total | GrB | 1.409.400,00 | |

2º Receitas de Capital:

| | | | |
|---------------------------|-----|-----------|-----------------|
| Alienação de Bens | GrB | 20.000,00 | |
| Transferências de Capital | GrB | 20.600,00 | GrB 240.600,00 |
| Total | | | GrB 1650.000,00 |

Artigo 3º A Despesa distribuir-se-á por Unidades Administrativas da seguinte maneira:

Poder Legislativo:

| | | | |
|------------------|-----|-----------|---------------|
| Câmara Municipal | GrB | 15.000,00 | GrB 15.000,00 |
|------------------|-----|-----------|---------------|

Poder Executivo:

| | | | |
|----------------------------------|-----|------------|------------------|
| Gabinete do Prefeito | GrB | 48.880,00 | |
| Gabinete do Vice-Prefeito | GrB | 22.280,00 | |
| Setor de Secretaria | GrB | 59.000,00 | |
| Setor de Finanças | GrB | 204.800,00 | |
| Setor de Saúde Pública | GrB | 93.000,00 | |
| Setor de Educação e Cultura | GrB | 152.600,00 | |
| Depto. Munic. de Estradas e Rod. | GrB | 869.440,00 | |
| Setor de Serviços Urbanos | GrB | 185.000,00 | GrB 1.635.000,00 |
| Total | | | GrB 1.650.000,00 |

Artigo 4º A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior, far-se-á de acordo com os programas analíticos estabelecidos para as Unidades Organizacionais, constantes do anexo V, aprovados e alterados por decreto do Executivo.

Artigo 5º Fazem parte da pre-

presente lei os anexos números I a IV, que integram especificando a Receita por Fontes e discriminando a Despesa por consignações.

Artigo 6º - O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá designar centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios, ao aptivo comportamento da Receita.

Parágrafo Único - Durante a execução Orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite previsto na Constituição Federal (artigo 6º).

Artigo 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares e Especiais, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Orçamentária estimada.

Artigo 9º - Revogadas as disposições em contrário esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1955.

Melero, 06 de novembro de 1954.

Venício Lanette
Prefeito Municipal de Melero.

Publicada a presente lei, nesta Secretaria em data supra.

Vedir de Pellegrini
Encarregado do Expediente Municipal

Orcamento Para Exercício de 1955

| Códigos | | Designação da Receita | Valores Análiticos Gr.B | Síntese por Gr.B | Total por rubricas e sub-rubricas. Gr.B |
|---|-----------|--|----------------------------|------------------|---|
| Geral | Sub-geral | | | | |
| Despesa da Receita | | | | | |
| Categorias Econômicas: Receita Corrente | | | | | |
| Fontes: Receita Tributária | | | | | |
| Impostos | | | | | |
| Imposto sobre o Patrimônio e a Renda | | | | | |
| 01 | | Imposto Territorial Urbano | 35.000,00 | | |
| 02 | | Imposto Predial Urbano | 25.000,00 | | |
| 03 | | Imposto S/ Serviços de qualquer natureza | 5.000,00 | | |
| Total das Impostas | | | | | |
| 1.1.2.00 | | Taxas | 22.000,00 | | |
| Taxas: Estabelecimento Poder de Polícia | | | | | |
| Taxas de Serviço | | | | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | |
| Diversas | | | | | |
| 1.1.3.00 | | Total da Contribuição de Melhoria | 22.000,00 | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | |
| Diversas | | | | | |
| 1.2.00.0 | | Total da Contribuição de Melhoria | 50.000,00 | 50.000,00 | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | |
| Diversas | | | | | |
| 1.2.3.00 | | Total da Contribuição de Melhoria | 50.000,00 | 50.000,00 | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | |
| Diversas | | | | | |
| 1.4.00.0 | | Total da Receita Patrimonial | 2.000,00 | 2.000,00 | |
| Receita Patrimonial | | | | | |
| Participação em Dividendos | | | | | |
| Fontes: Receita Patrimonial | | | | | |
| Total da Receita Patrimonial | | | | | |
| Fontes: Participações Correntes | | | | | |
| Participação em Tributos Federais | | | | | |
| 04 | | Participação em Tributos Federais | 385.000,00 | | |
| 08 | | Fundo de Participação dos Municípios | 28.000,00 | | |
| 09 | | Fundo de Imposto Territorial Rural | 22.900,00 | | |
| Fundo Rodoviário Nacional (30%) | | | | | |
| 10 | | Total Rodoviário Planos (30%) | 4.500,00 | | |
| Participação em Tributos Estaduais | | | | | |
| 11 | | Imposto S/ Circulação Mercadorias | 650.000,00 | | |
| 12 | | Contribuição de Estado | 140.000,00 | | |
| Total das Participações Correntes | | | | | |
| Fontes: Receitas Diversas | | | | | |
| 13 | | Multas Diversas | 3.000,00 | | |
| 14 | | Subsídios e Prestações | 1.000,00 | | |
| 15 | | Contribuição do Estado Alagoas | 15.000,00 | | |
| Total das Receitas Correntes | | | | | |
| 1.850.400,00 | | | | | |

Orçamento Ford Exercício 2017

| Códigos | Desenvolvido da Receita | Valores Análises | Síntese por | Total por categorias |
|-------------------------------|-------------------------|------------------|-------------|----------------------|
| General Categorias Econômicas | Item | Gr B | Gr B | Gr B |
| 1.5.0.00 | 16 | 1.000,00 | 80.000,00 | 1402.402,00 |
| 9.0.0.00 | | | | |
| 9.3.0.00 | 12 | 20.000,00 | 20.000,00 | |
| 9.5.0.00 | | | | |
| 9.5.1.00 | 18 | 155.000,00 | | |
| 9.5.1.30 | 19 | 30.000,00 | | |
| 9.5.1.40 | 20 | 15.000,00 | | |
| 9.5.1.90 | 21 | 10.500,00 | 320.600,00 | 242.600,00 |
| | | | | 1570.000,00 |

Continuação.

Outras Receitas Diversas
 Total das Receitas Diversas
 Total das Receitas Correntes
 Coligação consolidada: Receitas de Capital
 Fontes: Fletamento de Bens móveis e imóveis
 Renda móveis
 Total da Apreciação de Bens
 Móveis: Fletamento de Capital
 Fletamento em imóveis federais
 Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
 Fundo Rodoviário Nacional (FON)
 Fundo de Investimento Financeiro (FIF)
 Renda Rendimentos sobre (FON)
 Total das Transferências de Capital
 Total das Receitas de Capital
 Total geral de Receita

Orçamento para o Exercício de 1975

| Códigos | | Especificação da Despesa | Importância das Despesas Cr\$ | Total por Consignação Cr\$ | Total por Verba Cr\$ |
|-------------------------|----------|---------------------------------|-------------------------------|----------------------------|----------------------|
| Geral | Local | | | | |
| Programas Sub-Programas | Itens | | | | |
| 3.0.0.0 | | Recor. Regulativa | | | |
| 3.1.0.0 | | 00 Câmara Municipal | | | |
| 3.1.0.0 | | Despesas Correntes | | | |
| 0.0 | 01/12/6 | Despesas de Custeio | 2.000,00 | 2.000,00 | |
| 0.0 | 02/13/4 | Materiais de Consumo | | | |
| 0.0 | 03/14/09 | Arquivos e Expedientes | | | |
| 0.0 | 04/15/04 | Serviços de Impressão | 6.000,00 | 6.000,00 | |
| 0.0 | 05/16/05 | Outros Serviços de Terceiros | | | |
| 0.0 | 06/17/06 | Combustíveis Diversos | | | |
| 0.0 | 07/18/07 | Divulgação de Atoes Divulga | 4.800,00 | 4.800,00 | |
| 0.0 | 08/19/08 | Transferências Correntes | | | |
| 0.0 | 09/20/09 | Subvenções Sociais | | | |
| 0.0 | 10/21/10 | Instituições Municipais | | | |
| 0.0 | 11/22/11 | Associação de Câmara Municipais | 200,00 | 200,00 | 3.000,00 |
| 0.0 | 12/23/12 | Despesas de Capital | | | |
| 0.0 | 13/24/13 | Investimentos | | | |
| 0.0 | 14/25/14 | Materiais Permanentemente | | | |
| 0.0 | 15/26/15 | Material para Geral | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 0.0 | 16/27/16 | Total da Câmara Municipal | | | 15.000,00 |
| Recup. Pagão: | | | | | |
| | | Despesas Correntes | 13.000,00 | | |
| | | Despesas de Capital | 2.000,00 | | |
| | | Total | | | 15.000,00 |

ORÇAMENTO DE 1970 O EXERCÍCIO DE 1971

| Códigos | Descrição | Importância da Despesa | Total por Consignação | Total por Verba |
|----------------------|-----------------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------|
| 01 | 01 - Poder Executivo. | | | |
| | 01 - Gabinete do Prefeito | | | |
| | Despesa Corrente | 12.960,00 | 28.880,00 | |
| | Despesa de Capital | 25.920,00 | | |
| | Despesa Pessoal Civil | | | |
| 02 | 02 - Manutenção do Distrito | 41.000,00 | 41.000,00 | |
| 02 | 02 - Subúrbios do Município | | | |
| 02 | 02 - Material de Consumo | | | |
| 02 | 02 - Combustíveis e Lubrificantes | | | |
| 02 | 02 - Serviços de Terceiros | | | |
| 02 | 02 - Repreza | 6.000,00 | 6.000,00 | 48.880,00 |
| Recapitulando | | | | |
| | Despesa Corrente | | 68.880,00 | |
| | Despesa de Capital | | 48.880,00 | |
| | Total | | | 117.760,00 |

Orçamento para o Exercício de 1975

| Códigos | | Local | Especificação da Despesa | Impugnância da Despesa | Total por Consignação | Total por Verba |
|--------------------------------------|-----------------------------|-------|------------------------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|
| Programas e sub-programas econômicos | Categorias e sub-categorias | Itens | | | | |
| | | | Poder Executivo | | | |
| | | | 02 - Gabinete do Vice-Prefeito | | | |
| | 3.0.0.0 | | Despesas Correntes | | | |
| | 3.1.0.0 | | Despesas de Custeio | | | |
| | 3.1.1.0 | | Personal | | | |
| | 3.1.1.1 | | Personal Civil | | | |
| 02 | 101117 | | Reparação do Vice-Prefeito | 17.280,00 | 17.280,00 | |
| | 3.1.1.3.0 | | Suportes de Impressos | | | |
| 02 | 111312 | | Repassos | 3.000,00 | 3.000,00 | 20.280,00 |
| | 4.0.0.0 | | Despesas de Capital | | | |
| | 4.1.0.0 | | Investimentos | | | |
| | 4.1.1.0 | | Material Permanente | | | |
| 02 | 121315 | | Mobilização em Geral | 2.000,00 | 2.000,00 | 22.280,00 |
| | | | Total do Gabinete do Vice-Prefeito | | | |
| | | | Recapitulação | | | |
| | | | Despesas Correntes | | | 20.280,00 |
| | | | Despesas de Capital | | | 2.000,00 |
| | | | Total | | | 22.280,00 |

Orçamento para o Exercício de 1975

| Classes | Recursos | Descrição da Despesa | Imputação da Despesa (G.B.) | Total por Convênio (G.B.) | Total por Verba (G.B.) |
|---------------|----------|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------|------------------------|
| 30.0.0.0 | | Poder Executivo | | | |
| 30.0.0.0 | | 03.5.01.01.01.01.01 | | | |
| 31.0.0.0 | | Despesas Correntes | | | |
| 31.0.0.0 | | Despesas de Custeio | | | |
| 31.1.1.1 | | Despesas de Pessoal | | | |
| 31.1.1.1 | 18/1129 | Despesas de Pessoal Civil | 30.000,00 | | |
| 31.1.1.1 | 24/1428 | Despesas de Pessoal Militar | 3.000,00 | 33.000,00 | |
| 31.2.0.0 | | Despesas de Material de Consumo | | | |
| 31.2.0.0 | 15/1906 | Despesas de Material de Consumo | 5.000,00 | | |
| 31.2.0.0 | 16/1907 | Despesas de Material de Consumo | 1.000,00 | | |
| 31.2.0.0 | 17/1909 | Despesas de Material de Consumo | 1.000,00 | | |
| 31.3.0.0 | | Despesas de Serviços | | | |
| 31.3.0.0 | 18/1301 | Despesas de Serviços | 4.000,00 | 4.000,00 | |
| 31.4.0.0 | | Despesas Diversas | | | |
| 31.4.0.0 | 19/1436 | Despesas Diversas | 2.000,00 | 2.000,00 | 48.000,00 |
| 41.0.0.0 | | Despesas de Capital | | | |
| 41.0.0.0 | | Despesas de Capital | | | |
| 41.1.3.0.0 | | Despesas de Investimentos | | | |
| 41.1.3.0.0 | 20/3314 | Despesas de Investimentos | 5.000,00 | 5.000,00 | |
| 41.1.3.0.0 | 21/3411 | Despesas de Investimentos | 1.000,00 | | |
| 41.1.3.0.0 | 22/3415 | Despesas de Investimentos | 5.000,00 | 6.000,00 | 11.000,00 |
| Recapitulação | | | | | |
| | | Despesas Correntes | 58 | 48.000,00 | |
| | | Despesas de Capital | 58 | 11.000,00 | |
| | | Total | 116 | 59.000,00 | |

| Códigos | | Local | | Especificação da Despesa | Importância | | Total | |
|---------------------------|-------|---------------------------|-------|-------------------------------------|--------------|--------------|-------|-----|
| Programas e sub-programas | Itens | Programas e sub-programas | Itens | | das despesas | Consistência | por | por |
| | | | | | Car | Car | Car | Car |
| Programas Executivos | | | | | | | | |
| Programas Gerais | | | | | | | | |
| Programas Econômicos | | | | | | | | |
| 3.0.00 | | | | 04 - Poder Executivo | | | | |
| 3.1.0.0 | | | | 04 - Poder de Finanças | | | | |
| 3.1.1.0 | | | | Despesas Gerais | | | | |
| 3.1.1.1 | | | | Despesas de Custeio | | | | |
| | | | | Despesa Civil | | | | |
| 3.0 | | 23/1101 | | Adicionais por serviços de serviços | 3.000,00 | | | |
| 3.0 | | 24/1102 | | Aluguel do custo | 3.000,00 | | | |
| 3.0 | | 25/1108 | | Aluguel para aluguel de casa | 1.000,00 | | | |
| 3.0 | | 26/1109 | | Diária | 3.000,00 | | | |
| 3.0 | | 27/1124 | | Serviços de manutenção | 5.000,00 | | | |
| 3.0 | | 28/1129 | | Manutenção | 50.000,00 | 65.000,00 | | |
| 3.1.2.0 | | 29/1206 | | Material de Consumo | 5.000,00 | | | |
| 3.0 | | 30/1220 | | Aluguel de equipamentos | 2.000,00 | | | |
| 3.0 | | 31/1221 | | Outros materiais e similares | 1.000,00 | 8.000,00 | | |
| 3.1.3.0 | | 32/1307 | | Passagens e locomoção | 8.000,00 | | | |
| 3.1.3.0 | | 33/1310 | | Passagens e hospedagem | 1.000,00 | | | |
| 3.1.3.0 | | 34/1312 | | Aluguel | 6.000,00 | | | |
| 3.1.3.0 | | 35/1318 | | Serviços jurídicos | 3.000,00 | | | |
| 3.1.3.0 | | 36/1319 | | Serviços de limpeza e higiene | 3.000,00 | | | |
| 3.1.3.0 | | 37/1324 | | Outros serviços de terceiros | 1.000,00 | 22.000,00 | | |
| 3.1.4.0 | | 38/1404 | | Encargos de serviços | 6.000,00 | | | |
| 3.1.4.0 | | 39/1409 | | Assinatura e publicação | 3.000,00 | | | |
| 3.1.4.0 | | 40/1412 | | Publicidade e propaganda | 500,00 | | | |
| 3.1.4.0 | | 41/1423 | | Despesa de compra de material | 12.000,00 | | | |
| 3.1.4.0 | | 42/1434 | | Material de expediente | 3.000,00 | | | |
| 3.1.4.0 | | 43/1435 | | Reprodução e distribuição | 3.000,00 | | | |

Orçamento para Exercício de 1975

| Códigos | | Local | Item | Importância das Despesas Consignação | Importância Total | Total por Verba | |
|--------------------------|-----------------------|------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|-------------------|-----------------|--|
| Programas e subprogramas | Categorias Econômicas | | | GR | GRB | GRB | |
| | | Poder Executivo | | | | | |
| | | Setor de Saúde Pública | | | | | |
| | 3.0.0.0 | | Despesas Correntes | | | | |
| | 3.1.0.0 | | Despesas de Capital | | | | |
| | 3.1.1.0 | | Capital Civil | | | | |
| 7.0 | 50/1106 | | Personal Contribuinte | 4.000,00 | 4.000,00 | | |
| 7.2 | 57/1211 | | Material de Consumo | 10.000,00 | 10.000,00 | | |
| 7.1 | 52/1314 | | Medicamentos | 30.000,00 | 30.000,00 | | |
| | 53/1402 | | Serviços Clínicos e de Hospitalização | 14.000,00 | 14.000,00 | | |
| | 54/1402 | | Outros Serviços Diversos | 10.000,00 | 10.000,00 | | |
| 8.3 | 55/1405 | | Acidentes e Comissões | 10.000,00 | 10.000,00 | | |
| | | | Comitê de Açoeste | | | | |
| | | | Administração Social | | | | |
| | | | Soma das Despesas Correntes | 74.000,00 | 74.000,00 | | |
| | 4.0.0.0 | | Despesas de Capital | | | | |
| | 4.1.0.0 | | Investimentos | | | | |
| | 4.1.1.0 | | Obras Públicas | | | | |
| 7.2 | 56/3104 | | Serviço de Abastecimento de Água | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | |
| | | | Soma das Despesas de Capital | | | | |
| | | | Total do Setor de Saúde Pública | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | |
| | | Recapitulação | | | | | |
| | | | Despesas Correntes | | | GR 78.000,00 | |
| | | | Despesas de Capital | | | GR 15.000,00 | |
| | | | Total | | | GR 93.000,00 | |

| | | Orçamento para Exercício de 1975 | | | |
|------------|---------|--|--------------------------|-----------------------|-----------------|
| Alíneas | Local | Especificação da Despesa | Importância das Despesas | TOTAL por Consignação | TOTAL por Verba |
| Categorias | Itens | | Cr.B | Cr.B | Cr.B |
| | | Poder Executivo | | | |
| | | Departamento de Indústria e Cultura | | | |
| | | Despesas Gerais | | | |
| | | Despesas de Custeio | | | |
| | | Personal Civil | | | |
| 3.1.1.1 | 56/4439 | Juvenilmantes del. Proterseus | 60.000,00 | 60.000,00 | |
| 3.1.2.0 | 57/4227 | Material de Consumo | 3.000,00 | 3.000,00 | |
| 3.1.3.0 | 58/4302 | Compras e Admissões de Bens | 3.000,00 | 3.000,00 | |
| 3.1.4.0 | 59/4402 | Comissão com FCA/RESC | 25.000,00 | | |
| | 60/4406 | Abertura de Educação | 12.000,00 | | |
| | 61/4430 | Manejo de Energia | 3.600,00 | | |
| | 62/4440 | Manejo de Energia | 6.000,00 | | |
| | 63/4444 | Manejo de Energia | 5.000,00 | 51.600,00 | 117.600,00 |
| | | Soma das Despesas de Custeio | | | |
| 3.2.0.0 | | Subscrição de Obratas | | | |
| 3.2.1.0 | | Subscrição de Obratas | | | |
| 3.2.1.5 | 64/2415 | Manutenção de Instalações | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 |
| | | Soma das Despesas de Capital | | | |
| 4.0.0.0 | | Despesas de Capital | | | |
| 4.1.0.0 | | Despesas de Capital | | | |
| 4.1.1.0 | 65/3104 | Despesas de Capital | 15.000,00 | 15.000,00 | |
| 4.1.3.0 | 66/3309 | Despesas de Capital | 5.000,00 | 5.000,00 | |
| 4.1.4.0 | | Despesas de Capital | | | |

Orçamento para exercício de 1975

| Códigos | Local | Especificação de Despesa | 2.000.00 | 5.000.00 | 5.000.00 | 7.000.00 | 87.000.00 | 152.600.00 |
|---------|-------|---------------------------------------|----------|----------|----------|----------|-----------|------------|
| 6.1 | Local | Continuação | | | | | | |
| 6.1 | Local | 68/3405 Pesquisas e Publicações | | | | | | |
| 6.1 | Local | 68/3409 Bônus e Publicações Similares | | | | | | |
| | | Soma das Despesas de Capital | | | | | | |
| | | Total do Setor de Educação e Cultura | | | | | | |
| | | Reajustamento | | | | | | |
| | | Despesas Correntes | | | | | | |
| | | Despesas de Capital | | | | | | |
| | | Total | | | | | | |

| | | Orçamento para Exercício de 1965 | | Importância | Total |
|------------|----------|--|------------|-------------|-----------|
| Ordens | Rubricas | Especificação da Despesa | Despesas | Total | Total |
| | | | | por Classe | por Verba |
| Econômicas | Itens | | (R\$) | (R\$) | (R\$) |
| | | Repart. Executiva | | | |
| | | 07. Departamento Municipal de Estradas | | | |
| | | Despesa de Rodagem | | | |
| | | Despesa de Custeio | | | |
| | | Parcial Civil | | | |
| 31.0.0.0 | 69/1104 | Aluguel de Canteiros | 5.000,00 | | |
| 31.0.0.0 | 69/1109 | Aluguel de Obras | 80.000,00 | | |
| 31.0.0.0 | 69/1118 | Aluguel de Máquinas | 10.000,00 | | |
| 31.0.0.0 | 69/1128 | Aluguel de Transportes | | 95.000,00 | |
| | | Manutenção de Estradas | | | |
| 31.0.0.0 | 69/1208 | Combustíveis | 180.000,00 | | |
| | | Manutenção de Máquinas | 40.000,00 | | |
| | | Manutenção de Obras e Pontes | 50.000,00 | | |
| | | Manutenção de Estradas | 60.000,00 | | |
| | | Salários de Operários | 40.000,00 | | |
| 31.3.0 | 69/1306 | Comunicação de Máquinas e Pontes | 40.000,00 | | |
| | | Comunicação de Estradas e Pontes | 5.000,00 | | |
| | | Reparação | 1.000,00 | | |
| | | Manutenção de Obras | | 1.000,00 | |
| 31.4.0 | 69/1440 | Outros Serviços Diversos | | | |
| | | Manutenção de Obras | | | |
| | | Manutenção de Obras | | | |
| 31.8.0.0 | | Manutenção de Obras | | | |
| 31.8.4.0 | | Manutenção de Obras | | | |
| 31.8.4.1 | 69/2703 | Manutenção de Obras | 70.000,00 | | |
| | | Manutenção de Obras | | 70.000,00 | |
| 41.0.0.0 | | Manutenção de Obras | | | |
| 41.0.0.0 | | Manutenção de Obras | | | |
| 41.1.1.0 | | Manutenção de Obras | 30.000,00 | | |
| | | Manutenção de Obras | | 30.000,00 | |
| | 81/3108 | Manutenção de Obras | 194.140,00 | | |
| | 81/3108 | Manutenção de Obras | | 294.140,00 | |

| CÓDIGOS | | ORGANISMO PARA O EXERCÍCIO DE 1975 | | TOTAL POR | TOTAL POR |
|--------------------------|--------------------------|--|--|-------------------------|-----------|
| GERAL | LOCAL | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | | IMPIENTÁNCIA DA DESPESA | POSSEIÇÃO |
| PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS | PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS | ITEMS | | QRB | QRB |
| | 4.1.3.0 | CONTINUAÇÃO | | | |
| 4.2 | 83/3318 | EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES | | 30000,00 | |
| 4.2 | 84/3390 | VEÍCULOS E AUTOMOTORES | | 15000,00 | 45000,00 |
| | 4.1.4.0 | MATERIAL PERMANENTE | | | |
| 4.2 | 85/3404 | FERRAMENTAS | | 5000,00 | 5000,00 |
| | 4.3.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | |
| | 4.3.1.0 | AMORTIZAÇÃO | | | |
| | 4.3.1.1 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA | | | |
| 4.2 | 86/5101 | DÍVIDA FUNDADA INTERNA | | 80000,00 | 80000,00 |
| | | TOTAL DE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM | | | 354440,00 |
| RECAPITULAÇÃO | | | | | |
| | | DESPESAS CORRENTES | | PRB 555000,00 | |
| | | DESPESAS DE CAPITAL | | PRB 359440,00 | |
| | | TOTAL | | PRB 869.440,00 | |

| ÍDOS | | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | | IMPORTE | TOTAL POR | TOTAL POR |
|----------|---------|------------------------------------|--|----------|-------------|-----------|
| AL | LOCAL | | | DE | CONSULHAÇÃO | VERBA |
| RECURSOS | ÍTEM | | | DESA | QRB | QRB |
| | | PUBER EXECUTIVO | | | | |
| | | 08- SETOR DE SERVIÇOS URBANOS | | | | |
| | | DESPESAS DE SERVIÇOS | | | | |
| 3.000 | | DESPESAS DE CONSULTA | | | | |
| 3.100 | | MATERIAL DE CONSUMO | | | | |
| 3.1.20 | | MATERIAL PARA PISCINAS E RIACHOS | | 1000,00 | | |
| | 37/1224 | MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 20000,00 | 21000,00 | |
| | 88/1225 | SERVIÇOS DE TERCEIROS | | | | |
| 3.130 | | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 30000,00 | 30000,00 | 31000,00 |
| 4.000 | | DESPESAS DE CAPITAL | | | | |
| 4.100 | | INVESTIMENTOS | | | | |
| 4.1.10 | | OBRAS PÚBLICAS | | 50000,00 | | |
| | 90/3101 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | | 50000,00 | | |
| | 91/3104 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS | | 25000,00 | | |
| | 90/3105 | CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS | | 25000,00 | | |
| | 93/3106 | ESTUDOS E PROJETOS | | 50000,00 | 130000,00 | 130000,00 |
| | | TOTAL DOS SERVIÇOS URBANOS | | | | |
| | | RECAPITULAÇÃO: | | | | |
| | | DESPESAS CORRENTES | | 1000,00 | | |
| | | DESPESAS DE CAPITAL | | 20000,00 | | |
| | | TOTAL | | 1000,00 | 21000,00 | 22000,00 |

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Meleiro

Lei nº 126/74

TRATA TRANSFERENCIA E RESPONSABILIDADE
 DO CEMITERIO LOCAL.

O Prefeito Municipal de Meleiro,
 faz saber a todos os habitantes
 deste município, que a Câmara
 Municipal aprovou e em promulga
 o seguinte lei.

Artigo 1º - Fica transferida a
 responsabilidade sobre o Cemitério Local, da
 Paróquia Nossa Senhora da Glória, pertencente
 à Mitra Diocesana de Tubarão, para a
 Prefeitura Municipal de Meleiro;

Artigo 2º - A transferência de que
 trata o artigo 1º, inclui também as terras
 originais, em que se acha situado o referi-
 do Cemitério, sendo que as escrituras
 serão transferidas futuramente por quem
 do direito;

Artigo 3º - Fica denominada
 Cemitério Municipal de Meleiro;

Artigo 4º - Revogadas as disposi-
 ções em contrário, esta lei entrará em vi-
 gão no data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Meleiro, em 14 de novembro
 de 1974.

VENÉCIO ZANETTE
Prefeito Municipal de Meleiro.

Publicado a presentí Beí neste autos em
data supra.

NEDIR DE TELESRINI
Encarregado do expediente municipal

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Meleiro

Beí nº 127/74

TERÇA DA ELIMINAÇÃO DA TRAVESSA PROJETADA
DA ENTRE A QUADRA 7.8, QUE PARTE DA
AVENIDA CENTRAL, ABRANGENDO OS LOTES
1, 2, 3, 5, QUADRA 7, 8, 9, 10 e 11, QUADRA
8, DISTRITO DE SAPARANGA, MELEIRO.

O Prefeito Municipal de Meleiro,
faz saber a todos os habitantes do
município que a Câmara Municipal
aprovou e deu promulgação a
seguinte Beí.

Artigo 1º - Fica eliminada a travessa
projetada entre a quadra 7.8, que parte
da avenida Central, abrangendo os lotes 1, 2, 3 e 5,
quadra 7, 8, 9, 10 e 11, quadra 8, do distrito de Sapara-
nanga, neste município;

ARTIGO 2º - Fim doado à União

Clube Recreativo Esportivo de Sapiranga,
situado no distrito de Sapiranga neste município,
para a construção de um estádio esporti-
vo, a quantia de 1.030 metros quadrados
de terras, que se refere a eliminação da
travessa da OST. 1º.

ARTIGO 3º - Revogado as disposi-
ções em contrário esta Lei entrará em
vigor na data de sua publicação.

SOBSCRITO O PREFEITO DE MELCIBO, em 14 de ABRIL de 1974.

VENÍCIO ZANETTE
Prefeito Municipal de Melcibo

Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em data
supra

NÉDIA DE PELEGRINI
Encarregada do expediente municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELCIBO

Lei nº 128/74

TRATA DA ISENÇÃO DE IMPOSTOS.

O Prefeito Municipal de Melcibo,
faz saber a todos os habitantes

deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

ARTIGO 1º - Fica o chefe do poder executivo municipal, autorizada a isenção o Imposto Territorial Urbano, os lotes 1, 2, 3 e 5 e parte dos lotes 10, 11 e 15 todos do quadro 07, e também os lotes total do quadro 08, de lotes 14 e do quadro 02 os lotes 05 e parte do lote 04, do distrito de Sapiranga, neste município de Propriedade do União Clube Recreativo e Esportivo de Sapiranga - UCRÉS.

ARTIGO 2º - A isenção, que trata o artigo 1º, será por tempo indeterminado e cessará a qualquer tempo, quando o imóvel não for mais aproveitado como estádio Esportivo e sede esportiva.

ARTIGO 3º - Revogada as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MELHÃO, em 21 de Dezembro de 1974.

VERÍCIO ZANETTE
Prefeito Municipal de Melhão.

Publicada e presente lei nesta Secretaria, em data supra.

NEDIR DE PELEGRINI -
ENCARREGADO DO EXPEDIENTE MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Lei 129/94

PLURIZA O PODER EXECUTIVO A AUMENTAR OS VENCIMENTOS DO FUNCIONARISMO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Meleiro faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e em decorrência a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o poder executivo autorizado a aumentar o vencimento de Professores Municipais obedecendo os seguintes critérios:

- a) Professores formalistas: um valor mensal, correspondente a 1 salário mínimo vigente na região;
- b) Professores não formalistas: Um valor mensal, correspondente a 80% (oitenta por cento) do salário mínimo vigente na região.

Artigo 2º - Fica o poder executivo autorizado também, a aumentar o vencimentos dos cargos de Tesoureiro Fiscais do D.M.E.R. e Serventes nos seguintes índices:

- a) Tesoureiros: Fica o aumento de em 10% (DEZ E MEIO POR CENTO) sobre o vencimento anterior;
- b) Fiscais do D.M.E.R.: Fica o aumento de em 17,5% (DESETE E MEIO POR CENTO) sobre os vencimentos anteriores;

c) Serventes: Ficaram aumentadas em 14% (quatorze por cento) sobre os vencimentos anteriores.

Artigo 3º - Esta lei terá efeito retroativo a partir de 1º de maio de 1974.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário a presente Lei, entretanto em vigor, conforme o disposto no art. 3º em 1º de maio de 1974.

Gabinete do Prefeito de Meleiro, em 31 de Dezembro de 1974.

VENÍCIO ZANETTE

Prefeito Municipal de Meleiro

Publicada a presente Lei neste Município, em data supracitada.

NEDIR DE PELEGRINI

Encarregado do expediente municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI 130/74

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A AUMENTAR OS VENCIMENTOS DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito municipal de Meliasso,
faz saber a todos os habitantes
deste município que a Câmara
Municipal aprovou e em sessão
de 14 de dezembro de 1935 a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica a Câmara Executiva
Municipal autorizada a aumentar os vencimentos
dos cargos de Fiscais do DMCR e Serenatas obedecendo
as seguintes índices:

a) Fiscais do DMCR: Fica os aumentados em 18% (dezoito
por cento) sobre os vencimentos anteriores;
b) Serenatas: Fica os aumentados em 20% (vinte
por cento) sobre os vencimentos anteriores.

ARTIGO 2º - Esta lei terá seu efeito
retroativo, a partir de 1º de Outubro de 1935.

ARTIGO 3º - Revogadas as disposi-
ções em contrário, a presente lei entrará em
vigor, conforme o disposto no Art. 2º em 1º de
outubro de 1935.

Gabinete do Prefeito de Meliasso, 31 de dezembro de 1935

VENÍCIO ZANETTE
Prefeito Municipal de Meliasso.

Publicada nesta Secretaria, a presente lei, em data
supra

VEDIR DE PELEGRINI
Revogada no expediente municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO.

LEI Nº 131/74.

AUTORIZA o Poder Executivo a AUMENTAR OS VENCIMENTOS do FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Meleiro,
faz saber a todos os Assistentes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e em sessão no a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar os vencimentos dos cargos de professores municipais e Tesoureiro, obedecendo os seguintes critérios e índices:

- a) Professores Normalistas - Fica aumentados para R\$ 360,00 (trêscentos e sessenta cruzeiros) mensais;
- b) Professores não Normalistas - Fica aumentados para R\$ 290,00 (duzentos e noventa cruzeiros) mensais;
- c) TESOUREIRO - Fica aumentada em 173% (cento e setenta e três por cento) sobre os vencimentos anteriores.

ARTIGO 2º - Esta Lei terá seu efeito retroativo a partir de 1º de Dezembro de 1974.

ARTIGO 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor, conforme o disposto no Art. 1º a partir de 1º de Dezembro de 1974.

Gabinete do Prefeito de Melão em 31 de dezembro de 1974.

VERÍCIO ZAVETTE
Prefeito Municipal de Melão - SC.

Publicada nesta secretaria a presente Lei em data
supra

NEDIR DE PELESINI
Encarregado do expediente municipal